

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Senadoras destacam ações prioritárias para o segundo semestre



Bancada feminina analisou projetos em tramitação no Congresso de acordo com o cronograma da Comissão Especial do Impeachment

As parlamentares discutiram iniciativas legislativas e eventos mês a mês até o final de 2016 em café da manhã e reunião de trabalho no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), no dia 13 de julho.

O aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto, foi o assunto mais debatido, por se tratar da lei mundialmente reconhecida como a mais avançada de proteção à mulher.

No dia 17 de agosto (quarta-feira), às 9h30, será realizada Sessão Solene do Congresso no Plenário do Senado, junto com a exibição da página do Observatório da Mulher no Portal do Senado e ainda a divulgação de folder sobre a presença feminina nos parlamentos do mundo em comparação ao *ranking* da violência contra a mulher em cada país.

Para registrar o mês comemorativo, as senadoras indicaram iluminar o prédio do Con-

gresso Nacional na cor laranja, em alusão à cor da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, a ser veiculada em novembro deste ano.

A intenção é disseminar o tema: “10 anos da lei Maria da Penha: uma conquista da luta das mulheres”.

Um selo comemorativo foi a marca escolhida para constar em todas as publicações e meios de comunicação da Casa. A intenção é disseminar o tema: “10 anos da lei Maria da Penha: uma conquista da luta das mulheres”, e fazer registro histórico por meio de linha do tempo com imagens de casos emblemáticos de mulheres que perderam a vida antes da existência da lei.

No dia 11 de agosto será realizada edição

do programa *Pauta Feminina* com o tema “Boas Práticas na implantação da Lei Maria da Penha”. Como assunto prioritário para o segundo semestre, a bancada decidiu manter esforços em favor da aprovação do PEC que reserva cotas para mulheres (134/2015), em análise na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Na tarde do mesmo dia, as senadoras receberam apoio do presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) a todas as iniciativas sugeridas no calendário.

Participaram do encontro as senadoras Ana Amélia (PP-RS); Ângela Portela (PT-RR); Fátima Bezerra (PT-RN); Gleisi Hoffmann (PT-PR); Lídice da Mata (PSB-BA); Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Combate à violência contra a mulher no campo e floresta ainda é desafio

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CPMCVM) realizou audiência pública no dia 5 de julho para discutir a situação da Violência Contra a Mulher no Campo e na Floresta.

O tema é de grande interesse e antiga reivindicação da Marcha das Margaridas, por se tratar do segmento de mulheres sujeito a enfrentar dificuldade de acesso a meios de comunicação e transporte como agravantes nos casos de violência.

De acordo com a deputada Luizianne Lins (PT-CE), vice-presidente da Comissão, e autora do requerimento da audiência, o acesso à terra é um dos recursos que viabilizam a produção das mulheres no campo e na floresta, sendo para muitas uma condição básica para a conquista, o fortalecimento e a consolidação de sua autonomia econômica. Segundo ela, “esse é um histórico objeto de luta, que sempre contou com a ampla participação das mulheres do campo e da floresta, que lutam para denunciar casos de abuso e opressão que vitimam meninas, mulheres jovens e idosas em todo o país”, assinalou.

Socorro Prado, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, considerou salutar o debate para localizar as realidades das mulheres rurais. De acordo com ela, a condição dessas mulheres em situação de violência no campo e na floresta é mais di-



Representantes de movimentos de mulheres rurais participam de encontro na CPMCVm

ficil do que a das áreas urbanas. “O acesso às políticas públicas é bem mais complicado nessas áreas. Muitas de nossas mulheres líderes são ameaçadas e mortas com requintes de crueldade”, lamentou.

Para a senadora Regina Sousa (PT-PI), “a violência contra as mulheres tem que ser pauta de toda a sociedade. E só a educação pode mudar isso. Educar para a não violência é muito mais simples do que mudar a cabeça da sociedade já adulta. Se não mudarmos essa concepção, daqui a 20 anos estaremos aqui dizendo as mesmas coisas”.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) acredita ser preciso ter um olhar diferenciado sobre essas mulheres. Ouvir suas especificidades, suas jornadas e as histórias de violações. “Essa comissão deve perguntar ao

governo o que está sendo feito no âmbito do programa nacional de enfrentamento à violência contra a mulher”, protestou.

Participaram da mesa de debates Socorro Prado, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, da Marcha Mundial de Mulheres; Ângela Mendes, do Conselho Nacional dos Seringueiros; Carlene dos Santos Oliveira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Beatriz Cruz da Silva, assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Foi aprovado requerimento de autoria da deputada Luizianne Lins (PT-CE), que pede a realização de concurso de vídeo por celular de curta-metragem relacionado à superação da violência contra a mulher.

Marcos Oliveira/Agência Senado

FIQUE ATENTA: Eleições municipais 2016

Candidatas devem fiscalizar uso do fundo partidário

Duas conquistas legislativas da bancada feminina do Congresso, em relação ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos (o “fundo partidário”), crescem em importância e têm que ser acompanhadas e fiscalizadas pelas candidatas nas eleições municipais de outubro de 2016.

De acordo com a lei 13.165, de 29 de setembro de 2015, de 5% a 15% da parcela do fundo usado pelos partidos na campanha têm que ser aplicados nas candidaturas das mulheres. Desde 2009, também, uma parcela do fundo destinada às mulheres tem potencial emprego nas campanhas.

Pelo menos 5% do fundo partidário, segundo a lei, devem ser empregados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, “criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou,

inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política”.

Caso o partido não os aplique durante o ano, deverá acumular o saldo remanescente em uma conta específica e utilizá-lo – com a mesma finalidade formativa – no exercício financeiro subsequente. Em ano de eleição, o percentual para formação das mulheres pode ser investido nas candidaturas femininas.

A lei abre a possibilidade – que fica a critério das agremiações partidárias – de que os recursos sejam acumulados ao longo dos diferentes exercícios financeiros e utilizados integralmente nas campanhas das candidatas dos partidos. As secretarias de mulheres de cada partido são um ponto de referência para as candidatas monitorarem a aplicação dessa parte do fundo partidário para as candidaturas femininas.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 146.470.880 eleitores brasileiros, 76.534.827 (52,25%) são mulheres e 69.840.827 (47,68%), homens.

A quantidade formidável de eleitoras é uma conquista histórica, assim como a lei que assegura a candidatura 30% de mulheres, no mínimo, em cada partido. O jogo eleitoral, todavia, ainda não espelha a maioria que formamos.

De acordo com a Secretaria de Política para Mulheres, em março havia 7.782 mulheres (13,5%) vereadoras, diante de 49.825 homens (86,25%); e 672 prefeitas (12%), diante de 4.892 prefeitos (88%).



**mulheres
na política**

A REFORMA QUE O BRASIL PRECISA.

www.mulheresna politica.org.br



Em março, o Senado aprovou a criação do Observatório da Mulher contra a Violência, por meio da Resolução nº7, de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que preside a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O Observatório deverá reforçar e cumprir o já determinado na Lei Maria da Penha. Como política pública de combate à violência contra a mulher, terá como diretriz a promoção e catalogação de estatísticas e informações relevantes relacionadas às causas, às consequências e à frequência de casos de violações contra as mulheres.

Desde 2005 – ainda antes da promul-

gação da Lei Maria da Penha –, o Instituto DataSenado acompanha com pesquisas nacionais a questão da violência contra mulheres no país. Dez anos depois da Lei, ainda uma a cada cinco brasileiras sofre ou já sofreu algum tipo de violência – de assédio moral a abusos, tortura e até assassinato.

Casos recentes de estupro coletivos registrados em vários estados – inclusive com mortes, como ocorrido na cidade de Castelo no Piauí, em 2015 – reforçam a necessidade de renovar, ampliar e reforçar o combate a essa renitente violência. O Observatório tem esse sentido.

Além de produzir pesquisas, a serem realizadas pelo DataSenado, e acompanhar

políticas públicas relativas à questão – e sempre contando com parcerias dos setores envolvidos com o tema –, o Observatório pretende ser ancoradouro e *locus* coletor de conteúdos e espaço de discussão sobre a violência contra as mulheres e suas consequências.

A apresentação e o lançamento do portal do Observatório da Mulher contra a Violência acontecerá em agosto, nas celebrações no Congresso dos 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha.

**Por Roberta Viegas, coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência.*

Luiza Bairros, presente!

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, registrou Voto de Pesar pelo falecimento da ex-ministra da Igualdade Racial no dia 12 de julho.

Por meio do requerimento nº 537/2016, encaminhado aos familiares da líder dos direitos humanos, Vanessa lembrou ainda o fato de comemorar-se internacionalmente a mulher negra latino-americana e caribenha, no dia 25 do mês. Segundo a senadora, a perda de Luiza Bairros representa uma baixa enorme para o movimento negro brasileiro e para o movimento de mulheres.

“Luiza construiu sua trajetória em momentos difíceis da história de nosso país, ainda na década de 1970, como militante e fundadora do Movimento Negro Unificado. No período em que o conveniente ao senso comum era calar a voz e aceitar o lugar da exploração e da opressão de gênero, ela se fez ouvir e se transformou em importante liderança na luta em defesa das pautas femininas e das políticas públicas para as mulheres. Por esse motivo, fez-se exemplo seguido por gerações de mulheres que hoje não mais se calam e ousam questionar a opressão racial, as injustiças e as discriminações de gênero”, afirmou a senadora.

Nascida em Porto Alegre, Luiza teve seu histórico de militância negra e feminista construído na Bahia, estado onde se tornou secretária de Promoção da Igualdade (Sepromi), em agosto de 2008.

Secretária do governo Jaques Wagner, Luiza Bairros foi convidada pela presidente Dilma Rousseff a assumir o Ministério da Igualdade Racial. Sua indicação foi comemorada pela comunidade negra brasileira. Luiza Bairros era mestre em ciências sociais pela Universidade

Federal da Bahia (UFBA) e doutora em sociologia pela Michigan State University. Antes havia se graduado em administração pública e de empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e se especializado em planejamento regional pela Universidade Federal do Ceará.

Em março deste ano, Luiza foi agraciada com o prêmio Bertha Lutz, concedido pelo Senado e que premia todo ano mulheres e homens que tenham oferecido contribuição relacionada à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil. A indicação do nome de Luiza para o prêmio foi sugestão das senadoras Regina Sousa (PT-PI) e Lídice da Mata (PSB-BA).

A perda de Luiza Bairros foi lembrada com sentimento pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL); Paulo Paim (PT-RS); Jorge Via-

na (PT-AC); Fátima Bezerra (PT-RN); Ângela Portela (PT-RR); Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Sousa (PT-PI).

A senadora Lídice reconheceu que a trajetória de vida pública de Luiza foi marcada por intensa luta contra o racismo e em favor da igualdade social, das mulheres, negras e, principalmente, uma das lideranças mais atuantes nas áreas de negritude e gênero.

Para Regina Sousa, Luiza Bairros representa a resistência e a coragem da luta e do enfrentamento do racismo e da misoginia no Brasil. “Quero fazer minha homenagem a essa grande mulher, incansável na defesa e na valorização da cultura negra. Vai em paz, Luiza, teu trabalho contribuiu para o Brasil caminhar para ser um país de todas as cores”.

Ouçá Luiza na Rádio Senado por meio do link: <http://bit.ly/2a9ZvyA>





Ana Volpe / Agência Senado

mais igualitário e justo, esse trabalho se transforma em prazer e realização pessoal e profissional. Foi assim que a Diretoria-Geral recebeu a oportunidade de investir na condição de gênero.

Desde o início da gestão, a equidade esteve em nossa pauta. Criamos o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero (ADG. Nº25011/15). Foi inaugurada a sala de amamentação e lançada cartilha de orientação sobre gestação e primeira infância. No final de 2015, recebemos o Selo Pró-Equidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o que nos deu ainda mais motivação.

Em 2016, foi criado o Programa de Assistência à Mãe Nutriz (ATC Nº03/16), que garantiu melhores condições de readaptação ao trabalho após a gravidez. Ainda, para as gestantes, disponibilizamos vagas compartilhadas com o Programa Carona Solidária.

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, promovemos programação com exposição fotográfica que, em referência às Olimpíadas, retratou servidoras em práticas esportivas. Tivemos a apresentação da atriz e poetisa Elisa Lucinda, abordando o universo

feminino; e o lançamento da campanha "Com que bolsa eu vou", promovida pelo GDF. Esta ação trouxe à tona a necessidade da inserção da mulher vítima de violência e em situação de risco no mercado de trabalho. Por isso, a Mesa Diretora aprovou recentemente o ATC 4/16, reservando 2% das vagas dos contratos de terceirização de mão de obra para esse público.

Desde o início da gestão, a equidade esteve em nossa pauta.

Assim, nossa instituição atua como exemplo de práticas que promovem mudanças. Se uma família tiver o ciclo de violência rompido por essa iniciativa, já teremos cumprido uma função social. Se forem muitas, faremos a diferença na construção de uma comunidade voltada para a cultura da paz; e, se atuarmos para estimular outras instituições, estaremos sendo protagonistas de uma sociedade mais justa e digna.

**Por Ilana Trombka*

Diretora-geral do Senado

O trabalho conjunto e coordenado sempre é a melhor forma para que sejam atingidos os objetivos. E quando esses objetivos são meritórios e necessários para a construção de um ambiente

Artigo

O feminicídio na ficção literária

Luisa, Emma e Capitu são personagens femininas que protagonizam as páginas de alguns dos romances mais populares do século XIX: *O Primo Basílio*, *Madame Bovary* e *Dom Casmurro*. Tais romances tornaram-se leitura obrigatória nas classes escolares e moldaram, por assim dizer, a moral de uma época. Eça de Queirós, Gustave Flaubert e Machado de Assis gestaram, a partir de um olhar patriarcal, os perfis de mulheres de papel.

Os enredos apresentam personagens jovens, cheias de vida, possuidoras de uma energia vital que as move para além dos limites impostos pela sociedade burguesa. Essas características criam no leitor uma falsa impressão de empoderamento feminino. Porém, ao longo das histórias, um juízo de valor falocêntrico se encarrega de puni-las, perpetuando um ideário machista. As personagens são tragadas por tramas que culpabilizam seu desejo.

Reféns de casamentos fracassados, buscam a felicidade a seu modo. Luisa entrega-se à sedução do primo que supre a ausência do marido. Emma, entediada com a rotina e a solidão, sobrevive de pequenas

Essas características criam no leitor uma falsa impressão de empoderamento feminino. Porém, ao longo das histórias, um juízo de valor falocêntrico se encarrega de puni-las, corroborando a perpetuação de um ideário machista

aventuras amorosas. Diferentemente das personagens de Eça e Flaubert, que têm sua infidelidade exposta, não há uma linha sequer que culpabilize Capitu no romance de Machado. Ela é vítima da obsessão de Bentinho, que projeta na esposa os temores

de um ciúme doentio. No entanto, ainda há leitores que a consideram adúltera, mesmo na ausência de provas cabais, ou seja, descrições da infidelidade no próprio texto machadiano.

Os desfechos previsíveis confirmam os valores da época e punem o adultério com a morte. Luisa, Ema e Capitu pagam com a vida os caminhos que seguiram e, ressalte-se, caminhos escolhidos pelos homens que as criaram. Morrem. Não pelas mãos de seus criadores, que liquidam suas personagens por meio de enfermidades e suicídio. A reiteração dessa prática literária sugere uma espécie de ódio às mulheres que ousam confrontar valores patriarcais. Fica a reflexão: a arte imita a vida ou a vida conspira com arte?

**Por Adelaide de Paula Santos*

Mestre em Teoria e Crítica Feminista pela Universidade de Brasília - UNB

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura e Rita Rebelo.

Textos e edição: Rita Rebelo, Ramíla Moura e Lunde Braghini.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, Anexo II, Primeiro Andar
Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria